

**Instrução Normativa N° 01 de 29 de fevereiro de 2016.**

A Diretora do Departamento de Trânsito de Minas Gerais, Órgão Executivo Estadual de Trânsito e integrante da estrutura orgânica da Polícia Civil, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 37, II, "d", da Lei Complementar n° 129/2013 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais), com esteio nos arts. 22, 262 e 271, da Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e na forma da legislação em vigor;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n° 10.406/2002 (Código Civil), Lei Federal n° 5.869/1973 (Código de Processo Civil) e Lei Federal n° 6.575/1978;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os atos necessários à liberação de veículos apreendidos/removidos e mantidos sob a guarda nos pátios destinados a tal fim, na CAPITAL do Estado;

**DETERMINA:**

Art. 1° A liberação de veículos recolhidos em Belo Horizonte/MG, a qualquer dos pátios destinados a apreensão e remoção de veículos, em decorrência da aplicação de penalidade por infração de trânsito ou em face de infração penal ou com restrição judicial, será realizada pela Coordenação de Operações Policiais do DETRAN/MG, por meio do Setor de Investigação e Liberação de Veículos (SIL), observadas as cautelas de praxe para a inequívoca identificação do bem e de seu real proprietário.

Art. 2° A liberação de veículo removido/apreendido ao pátio destinado a remoção e apreensão, se dará mediante o atendimento às seguintes condições:

I - conformidade entre os dados cadastrais existentes no Banco de dados do DETRAN/MG e as características existentes no veículo físico;

II - correção da irregularidade que ensejou a remoção do veículo ao pátio;

III - inexistência de restrição administrativa, policial ou judicial que impeça a emissão do CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo);

IV - pagamento da taxa de transferência de registro da propriedade do veículo, em caso de registro de comunicação de venda;

V - licenciamento regularizado ou baixa do veículo;

VI - pagamento dos débitos relativos a impostos, taxas, DPVAT's e multas, sendo que na possibilidade de parcelamento será exigido o pagamento das parcelas vencidas;



VII- pagamento das despesas referentes à remoção e estada do veículo nos pátios, destinados a tal fim;

Parágrafo único. A despesa de estada compreenderá todo o período em que o veículo permanecer no referido pátio.

Art. 3º O veículo registrado em nome de pessoa natural somente será liberado a ela própria, ao seu representante legal ou ao seu procurador legalmente constituído, após satisfeitos os requisitos previstos no artigo 2º desta Instrução Normativa.

§ 1º Para liberação do veículo ao procurador da pessoa natural ou jurídica, deverá ser apresentada procuração por instrumento público ou particular, com firma do proprietário reconhecida como autêntica por Tabelião. No caso de procurador advogado, deverá ser apresentada procuração por instrumento público ou particular, acompanhada dos documentos de identificação do outorgante e da inscrição do procurador junto à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, dispensado o reconhecimento de firma.

§ 2º Seja por instrumento público ou particular, a procuração deverá outorgar poderes específicos para a retirada do veículo discriminado.

Art. 4º Sendo o veículo registrado em nome de pessoa falecida, a liberação dar-se-á:

I- ao inventariante, mediante apresentação do Termo de Compromisso de Inventariante ou certidão expedida pelo Escrivão do Processo ou mediante apresentação de Escritura Pública e Partilha de inventário, no caso de Inventário Extrajudicial (Cartório); ou

II- a pessoa nominada no Alvará Judicial expedido nos autos da ação de inventário; ou

III - mediante requerimento formalizado por viúvo(a) e/ou por todos os herdeiros que constarem na Certidão de Óbito, com as assinaturas reconhecidas em Tabelionato, por autenticidade.

Art. 5º Se o veículo estiver registrado em nome de pessoa hospitalizada e sem condições de assinar procuração, a liberação dar-se-á à ascendente, descendente, cônjuge ou consanguíneo em primeiro grau, mediante comprovação do vínculo familiar e do estado de saúde do proprietário do bem. Para a comprovação do estado de saúde do proprietário do veículo deverá ser apresentada certidão/declaração do hospital ou do médico responsável, expedida com data de até 05 (cinco) dias antes da apresentação de tal documento.

Art. 6º Estando o veículo registrado em nome de pessoa recolhida ao sistema prisional, a liberação dar-se-á mediante outorga de poderes específicos para a retirada do veículo discriminado, da seguinte forma:

I - por procuração, com firma reconhecida em Tabelionato, por semelhança, acompanhada de cópia do documento de identidade;



II - para a pessoa recolhida observar-se-á extrato de pesquisa junto aos sistemas INFOPEN ou SIP; estando impossibilitada a pesquisa, com procuração firmada pelo proprietário acompanhado de atestado ou declaração do Diretor da Casa Prisional, ou quem possa substituí-lo, de que a pessoa se encontra recolhida.

Art. 7º Estando o veículo registrado em nome de pessoa que se encontra em outro Estado da Federação ou no exterior, a liberação dar-se-á mediante outorga de poderes específicos para a retirada do veículo discriminado, da seguinte forma:

I - por procuração, com firma reconhecida em Tabelionato, Consulado ou Embaixada, por autenticidade; ou

II - por procuração, assinada pelo proprietário, à ascendente, descendente, cônjuge ou consanguíneo em primeiro grau, mediante comprovação do vínculo familiar e de que o proprietário se encontra em outro Estado ou no exterior, sendo aceita, neste caso, a apresentação dos documentos mediante fac-símile (FAX) ou outros meios tecnológicos, lavrada junto ao Tabelionato, Consulado ou Embaixada.

Art. 8º O veículo registrado em nome de pessoa jurídica será liberado ao representante legal da empresa discriminado nos Atos Societários ou ao Administrador Judicial no caso de falência ou recuperação judicial, após satisfeitos os requisitos previstos no artigo 2º desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Admitir-se-á a liberação mediante procuração assinada por representante legal da empresa, com firma reconhecida em Tabelionato, por autenticidade, outorgando poderes específicos para a retirada do veículo discriminado.

Art. 9º Recebida uma ordem judicial por ofício, mandado ou alvará, o servidor responsável pela liberação deverá observar os seguintes requisitos:

I- documento impresso em papel timbrado, contendo os dados do Juízo, nome e assinatura do Juiz ou Escrivão Judicial, à exceção de documento assinado digitalmente, podendo ser apresentada cópia autenticada pelo Cartório Judicial ou Tabelionato.

II - sendo a ordem judicial de Comarca diversa da localização do pátio destinado a apreensão e remoção de veículo, o cumprimento dar-se-á por Oficial de Justiça através de Carta Precatória;

III - caso a ordem judicial mencione outro documento constante do processo judicial que não esteja acompanhando a ordem, exigir-se-á cópia autenticada de referido documento, a ser anexado ao procedimento de liberação e arquivado em local apropriado;

IV - havendo dúvida quanto à autenticidade do documento judicial apresentado, deverá ser consultado o Cartório da respectiva Vara, devendo ser registrado, no verso do documento, o nome do servidor do judiciário que prestou a informação, seguido de identificação e assinatura de quem realizou a consulta;

V - fica vedada a liberação do veículo mediante a apresentação apenas de cópia de despacho do Juiz exarado no processo judicial, sem a emissão da ordem;

VI - a liberação de veículo em cumprimento à ordem judicial não isenta o proprietário/possuidor do pagamento das despesas decorrentes da remoção e estada, salvo se constar determinação expressa do Juízo de isenção na ordem judicial.

Art. 10. Na liberação de veículo por ordem judicial executada por Oficial de Justiça deverão ser observadas as seguintes disposições:

I - identificação do Oficial de Justiça, através da apresentação da carteira funcional, em conformidade com o artigo 143, inciso I, do Código de Processo Civil Brasileiro;

II - descrição do bem no corpo da ordem judicial apresentada, conforme prevê o artigo 841, do Código de Processo Civil Brasileiro;

III - original, ou cópia autenticada pelo Cartório Judicial, do documento apresentado contendo a determinação judicial. Em seu verso deverá ser certificado o cumprimento da ordem, com a identificação e assinatura do Oficial de Justiça executor.

§ 1º Não satisfeitos todos os requisitos previstos neste artigo, o veículo continuará retido e, imediatamente, deverá ser oficiado o Juízo expedidor da ordem a fim de comunicar as razões da não liberação do veículo;

§ 2º Cumprida a ordem judicial o veículo deverá ser liberado incontinentemente;

§ 3º Fica vedada a permanência do veículo no pátio destinado a remoção e apreensão de veículos, após o cumprimento da ordem judicial.

Art. 11. Na liberação de veículo por ordem judicial, apresentada pelo interessado deverão ser observadas as seguintes disposições:

I - identificação da pessoa autorizada a receber o veículo, conforme constar na ordem judicial, através de apresentação de documento de identidade ou outro equivalente;

II - descrição do bem no corpo da ordem apresentada, conforme prevê o artigo 841, do Código de Processo Civil Brasileiro;

III - original ou cópia autenticada em Tabelionato ou Cartório Judicial, da ordem apresentada;

§ 1º Não satisfeitos todos os requisitos previstos neste artigo, o veículo continuará retido, até que sejam atendidas as referidas exigências.

§ 2º Incumbe ao servidor que cumprir a determinação judicial lançar as informações, especificadas neste artigo, nos Sistemas informatizados do DETRAN/MG.

Art. 12. A liberação de veículo removido/apreendido em decorrência de infração penal, não relacionada à DEIFRVA, deverá ser precedida de autorização expedida pelo Delegado de Polícia responsável pela investigação criminal, acompanhada de cópia do boletim de ocorrência (Registro de Evento de Defesa Social, REDS) gerado na apreensão/remoção, devendo ainda ser observado o disposto nesta Instrução Normativa, no que couber.

Parágrafo único – Nos casos em que houver envolvimento de maiores e menores na infração penal, acarretando o desmembramento da investigação criminal, a autorização para liberação do veículo deverá ser expedida por todos os Delegados responsáveis pelas apurações.

Art. 13. O veículo removido ao depósito em decorrência de infração penal somente será liberado à pessoa designada na autorização expedida pela Autoridade Policial responsável.

§ 1º O despacho em Ocorrência Policial de remoção do veículo não é documento hábil para a sua liberação, devendo sempre ser apresentado a autorização expedida pela Autoridade competente.

Art. 14. Na liberação de veículo apreendido, somente por infração penal, a Autoridade Policial competente pela Investigação poderá isentar os valores referentes à remoção e estada no ato da liberação, consignando esta situação na Autorização;

§ 1º A validade da Autorização expedida, conforme previsto no *caput*, vence no primeiro dia útil posterior à data da sua expedição.

§ 2º Para a liberação de veículo envolvido em infração penal deverá ser apresentado o documento de licenciamento anual vigente (CRLV). Caso não apresentado, o veículo poderá ser liberado, desde que transportado por guincho contratado pelo proprietário ou representante legal devendo ser preenchido e assinado o termo de responsabilidade constante na autorização.

Art. 15. A remoção, a guarda e a liberação de veículo automotor objeto material dos crimes de furto, roubo, apropriação indébita, estelionato, receptação e de adulteração de sinal identificador de veículo automotor, previstos, respectivamente, nos artigos 155, 157, 168, 171, 180 e 311, do Código Penal Brasileiro, regem-se pelo disposto nesta Instrução Normativa e na legislação vigente.

Art. 16. Na prisão ou apreensão em flagrante de pessoa pela suposta prática de infrações penais previstas no artigo 15 e havendo a apreensão do veículo automotor, a Autoridade Policial plantonista destinatária do Registro de Evento de Defesa Social - REDS, na Central de Flagrantes - CEFLAN/DETRAN/MG ou na Coordenação de Operações Policiais - COP/DETRAN, após adotar as medidas pertinentes, deverá autorizar o recolhimento ao Pátio Seguro.

Art. 17. Os dados dos veículos apreendidos e recolhidos ao pátio por infração penal deverão ser inseridos pelo mesmo no Sistema de Apreensão e Leilão de veículo automotor- SIAL, na data de entrada no pátio.

Art. 18. É atribuição do DETRAN/MG notificar o proprietário do veículo automotor apreendido, objeto de infração penal descrita no art. 15 de sua recuperação.

§1º Sendo devolvida a notificação sem o efetivo recebimento por parte do proprietário do veículo automotor apreendido, será notificado por edital na forma da Lei.

§2º A notificação de que trata este artigo não exime o pátio da comunicação de localização a ser enviada ao proprietário do veículo automotor apreendido quando de seu ingresso no mesmo.

Art. 19. É atribuição do Setor de Investigação e Liberação - SIL da Delegacia Especializada de Furto e Roubo de Veículos – DEIFRVA realizar o procedimento de liberação de veículos automotores recolhidos ao Pátio Seguro e emitir o Alvará de Liberação, após a Autoridade Policial titular da investigação retirar os impedimentos que recaem sobre o veículo, relativos aos crimes previstos no artigo 15, desta Instrução Normativa.

Art. 20. Incumbe a autoridade policial do local onde foi recuperado o veículo baixar o(s) impedimento(s) de furto e roubo existentes no seu prontuário, desde que comprovada a originalidade do veículo, através de vistoria, assim como verificada a documentação que permita a sua liberação.

Parágrafo único. A documentação exigida no caput deste artigo, para a liberação do veículo, consiste no Auto de Vistoria, com identificação dos seus agregados e a informação sobre a originalidade do automotor, REDS de Furto ou Roubo, REDS de localização, Auto de Apreensão, Auto de Restituição (Auto de Depósito ou Alvará de Liberação Eletrônica)

Art. 21. A autoridade policial responsável pela investigação criminal e que tem interesse na manutenção da apreensão do veículo automotor, deverá incluir o impedimento administrativo.

Art. 22. As normas de funcionamento do Pátio, destinado a remoção e apreensão de veículos, para recebimento de veículos objeto de infração penal constam do Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 23. Todos os documentos referidos nesta Instrução deverão ser apresentados ao Setor competente de liberação de veículo das unidades policiais em sua forma original ou por cópias autenticadas em Tabelionato ou Cartório Judicial, devendo ser arquivados em local apropriado pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos.

Parágrafo único. O arquivo digital da documentação descrita no *caput* poderá ser implementado por meio de módulo no SIAL, estruturado no Projeto DETRAN sem papel.

Art. 24. Se houver suspeita ou indícios de falsificação dos documentos apresentados para a liberação de veículos, deverá o servidor comunicar o fato imediatamente à Autoridade Policial.

Art. 25. O Certificado de Registro de Veículo (CRV) poderá ser adotado para liberação do veículo automotor apreendido, desde que atendidas as seguintes condições:

I - apresentação do CRV (Recibo de Compra e Venda) devidamente preenchido e com a firma do proprietário legal e do adquirente reconhecidas por Tabelião;

II - efetuar o pagamento da taxa de transferência do registro do veículo para seu nome, quando o CRV datar de mais de 30 (trinta) dias.

Art. 26. Nos casos em que não for possível realizar a regularização mecânica (reparo de qualquer componente ou equipamento obrigatório que não esteja em perfeito estado de funcionamento) e documental do veículo nas dependências do pátio responsável pelo depósito, a liberação dependerá de prévia autorização do Setor de



Investigação e Liberação de veículos da unidade policial competente, devendo ser preenchido e assinado o termo de responsabilidade constante da autorização.

§ 1º Havendo necessidade de obtenção de Certificado de Segurança Veicular (CSV), o veículo sairá do pátio transportado para a regularização, em guincho contratado pelo interessado, devendo ser preenchido e assinado o termo de responsabilidade constante da autorização.

§ 2º Se o reparo no veículo referido no "caput" demandar providência que não possa ser executada no pátio, destinado a tal fim, a Autoridade responsável pela apreensão liberará o veículo para regularização e posterior apresentação à Unidade Policial competente munido do CSV.

§ 3º Ocorrendo a liberação nos termos do parágrafo anterior, a Autoridade de trânsito deverá recolher o CRLV até a aprovação do veículo em vistoria, inserindo-se referida informação nos sistemas informatizados; neste caso o veículo deverá ser levado em reboque ou prancha adequada ao local de vistoria, assinalando o prazo para reapresentação.

§ 4º Na Autorização de liberação do veículo deverá constar, além do prazo assinalado para apresentação do veículo em vistoria, a informação de que é vedada a circulação do veículo em via pública antes de sua regularização.

Art. 27. O veículo apto a ser liberado nos termos desta Instrução Normativa, somente poderá sair trafegando mediante apresentação do Certificado de Registro e Licenciamento Anual vigente.

Parágrafo único: O veículo que não for considerado apto para trafegar em via pública, ou não possuir o CRLV anual vigente, deverá ser retirado do pátio guinchado e sob responsabilidade do interessado, que deverá preencher e assinar o termo de responsabilidade constante da autorização.

Art. 28. Toda liberação de veículo deverá ser imediatamente registrada nos sistemas informatizados do DETRAN/MG.

Art. 29. É vedado o recolhimento e guarda em depósito de veículos provenientes de outros Órgãos que não os da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, por força do Decreto Estadual nº 44.885/08, sendo que pelo seu descumprimento responderá o funcionário civil e criminalmente.

Art. 30. Os casos omissos e não previstos nesta Instrução Normativa serão decididos pela Autoridade Policial responsável pelo Setor de Investigação e Liberação de Veículos da Unidade Policial competente, fundamentando o motivo da decisão.

Art. 31. A Autoridade Policial Titular da Coordenação de Operações Policiais do DETRAN/MG - COP poderá avocar quaisquer procedimentos relativos à liberação de veículos removidos a pátios destinados a remoção e apreensão de veículos.

Art. 32. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 33. Fica revogada a Instrução Normativa nº 2/2015.



Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Belo Horizonte, 29/02 de 2016

RAFAELA GIGLIOTTI

Diretora do DETRAN/MG

**Anexo I da Instrução Normativa nº 01/2016 do DETRAN/MG**

**Este anexo estabelece as normas de funcionamento do Pátio, destinado a remoção e apreensão de veículos, para a estada de veículos objeto de infração penal**

1 - Entrada do veículo automotor no Pátio de remoção e apreensão:

1.1 - Quando da remoção de veículo ao Pátio, o funcionário responsável realizará minucioso "check list" do veículo e indicará as suas condições gerais (avarias, ausência de equipamentos e acessórios etc), e da apreensão, procedendo, em seguida, a inserção dos dados no Sistema de Apreensão e Leilão (SIAL) de veículo, e disponibilizará a ficha de entrada para a recepção do Pátio.

1.2 - Realizado o procedimento inicial, o veículo será submetido à vistoria por policial civil, que colherá os dados dos componentes identificáveis do automotor, elaborando o respectivo laudo de vistoria e o disponibilizando de imediato para o Setor de Investigação e Liberação - SIL da DEIFRVA/DETRAN/MG.

1.3 - Nos casos em que for detectada suspeita de adulteração de qualquer dos sinais identificadores do veículo automotor, por ocasião da vistoria veicular, deverá ser realizada comunicação de serviço e juntado o respectivo laudo, com o lançamento imediato do impedimento administrativo, sendo todo o expediente remetido à Delegacia Especializada de Investigação a Furto e Roubo de Veículos Automotores-DEIFRVA/DETRAN/MG, para as providências de polícia judiciária e investigativa.

1.4 Após a vistoria veicular, o funcionário que realizou o "check list" deverá lacrar o veículo, independentemente de ter sido solicitada perícia técnica.

1.5 Realizada a Perícia Técnica, o veículo deverá ser lacrado novamente.

2 - Cadastro e verificação do veículo automotor:

2.1 - O Setor de Investigação e Liberação (SIL), da DEIFRVA/DETRAN/MG, receberá o laudo de vistoria identificador da originalidade do veículo, o fará juntar aos registros de ocorrência correlatos (furto, roubo e localização), e realizará consultas aos sistemas informatizados de controle para devida identificação e individualização do automotor.

2.2 - O pátio cadastrará a ficha do veículo no Sistema de Apreensão e Leilão (SIAL) e lançará em site próprio a informação de localização do veículo, inclusive com fotos, bem como disponibilizará todas as informações referentes às pendências financeiras, local para quitação e o prazo para sua retirada.

3 - Documentos necessários para liberação do veículo automotor:

3.1 - Os documentos necessários para a liberação do veículo apreendido são aqueles definidos na Portaria, conforme o caso.

4 - Liberação do veículo automotor do Pátio:



4.1 Ao comparecer ao Setor de Investigação e Liberação (SIL), da DEIFRVA/DETRAN/MG, o proprietário do veículo, o procurador ou o representante legal, após constatada a regularidade do automotor em relação à sua originalidade e aos débitos oriundos de impostos, taxas e multas, receberá o Alvará de liberação e se dirigirá ao Pátio para efetiva restituição do bem, sendo providenciado de imediato as baixas dos impedimentos que geraram a apreensão, conforme o artigo 15 desta Instrução Normativa.

4.2 - Após concluído o procedimento, o Setor de Investigação e Liberação (SIL) da DEIFRVA/DETRAN-MG lançará os dados em estatística própria.

  
Agnelo de Almeida Paeta  
Delegado Geral de Polícia  
Vice Diretor do DETRAN/MG  
MASP 341 333-3